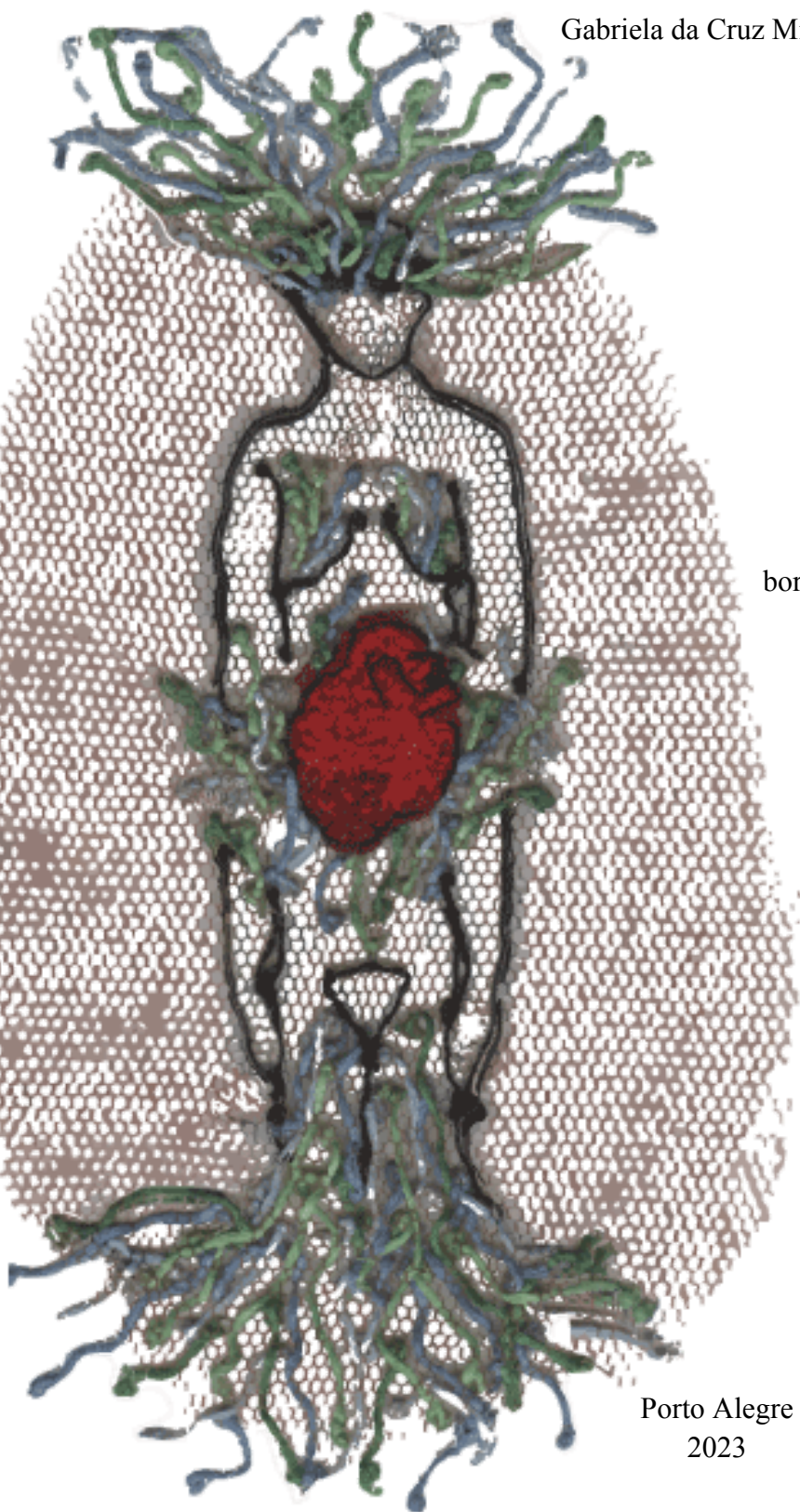


Universidade Federal do Rio Grande Do Sul
Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana - IPSSCH
Curso de Psicologia

Gabriela da Cruz Miranda



O cuidado pelo avesso:
bordando encontros na política pública

Porto Alegre
2023

Gabriela da Cruz Miranda

O cuidado pelo avesso:
bordando encontros na política pública

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Psicologia pela Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Luciana Rodrigues

Porto Alegre
2023

Resumo

Este trabalho busca discutir a ideia de cuidado aplicado nas políticas públicas, assim como a própria atuação da psicologia nesse campo. Entende-se que muitas das práticas de cuidado em vigor nos espaços de saúde e de assistência social estão alinhadas a políticas de dominação, como o sexismo e o racismo, carregando heranças coloniais de violência e controle. Assim, pretende-se investigar modos de acolhimento que proponham um desvio a essa perspectiva. Para essa percepção, utiliza-se de contribuições da saúde coletiva, dos estudos decoloniais e principalmente, do feminismo de intelectuais negras, como de Patricia Hill Collins, bell hooks e Audre Lorde. O encontro pode servir de ferramenta de cuidado, pelo qual um diálogo entre sujeitos diferentes possa surgir e a vida possa ser experienciada em sua completude. Logo, por meio da trajetória da autora nas políticas públicas durante a graduação, utiliza-se das narrativas dos encontros presenciados como exemplos do cuidado desejado, discutindo as vias possíveis de atuação nesse campo.

Palavras-chaves: cuidado; políticas públicas; psicologia; feminismo

Agradecimentos

Dedico essa página para minha coorientadora, Bruna Moraes Battistelli, que não pode receber seu nome oficialmente nos créditos por questões institucionais, mas que contribuiu significativamente para a construção desse trabalho, assim como também para minha orientadora de quase toda a graduação, Luciana Rodrigues. Que continuemos semeando o amor juntas.

Combinando os tons, variando os pontos: a prática da escrita

Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel. (...) Eu sei que não morrer, nem sempre é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas. Meu filho dorme. Lá fora a sonata seca continua explodindo balas. Neste momento, corpos caídos no chão, devem estar esvaindo em sangue. Eu aqui escrevo e relembro um verso que li um dia. “Escrever é uma maneira de sangrar”. Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito...

(Conceição Evaristo)¹

Durante esse período de formação em psicologia pude ter contato com diferentes sujeitos, em diferentes posições, que também assim me colocavam. Ainda que distintas, a presença de uma extensionista, pesquisadora ou estagiária sempre se estabelece num local ambíguo, entre pertencimento e externalidade, agência e denúncia, um corpo em trânsito, mas que produz marcação. Recorro a minhas experiências durante esse processo para exemplificar a teoria proposta sobre a produção de um cuidado ético, visto que a construção da investigação se dá em ato nas práticas dos serviços, daquilo que me afeta e aquilo que eu afeto (BARROS; KASTRUP, 2015), as costuras que nos constitui, às marcas mútuas nos encontros que carregam seus próprios projetos de vida (FEUERWERKER, 2016), o sentido na valorização daquelas² que me definiram como psicóloga até aqui.

A indagação inicial surge então como fazer repercutir essas histórias, sem que com isso caia novamente na perspectiva única com um olhar inevitavelmente privilegiado meu. Uma paciente me relatou uma vez- queixando-se de um pedido de reportagem para contar sua história de violência-, que não desejava que sua vida fosse publicitada para virar relato de superação imaginária, existia na sua concretude e queria justiça social. Assim, como discutir meu aprendizado sobre o assunto sem que com isso transforme as vidas reais que estiveram presentes nela em personagens objetáveis dessa narrativa que me toma como sujeito principal? Talvez seja justamente iniciando por esse ponto de reconhecimento, eu sou de fato quem escreve, é preciso assumir esse risco, mas também só o escrevo pela presença de outras e é preciso pontuar essa colocação.

¹ EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas - Fundação Biblioteca Nacional, p.118, 2016.

² Opto pelo uso da flexão no gênero feminino como uma ruptura da linguagem neutra masculina, ainda que o direcionamento seja para todes e não unicamente para quem se reconhece com esses pronomes.

Bona (2020) destaca que as cosmopoéticas de existência (que serão melhor abordadas depois) são uma forma de apontar para uma outra relação com o mundo que privilegie a escuta, o sentido das ressonâncias e das correspondências. De acordo com a física³, o termo ressonância é caracterizado quando algo repete aquilo que é movimento característico próprio de outra coisa, em termos técnicos, quando vibra na mesma frequência. Para isso acontecer, é necessário que aquilo que ressoa receba impulsos sucessíveis, e para tal, é preciso ter energia para manter essa vibração, resultado da força que atua, por se constituir de flexibilidade e ter uma massa significativa. Logo, ampliando para a prática social, criar ressonância é afirmar uma presencialidade materializada ao mesmo tempo que se pontua uma instabilidade posicional. Dessa forma, é possível repercutir, por meio de sucessivos contatos diários, o que cada um tem de único, próprio e singular, o seu tom. A escuta como ressoar é assim um modo de receber e se movimentar por reconhecer a presença da outra. Cristine e Maria Elizabeth (CRUZ; BARROS, 2019) também evidenciam esse aspecto ao mencionar o corpo inteiro como essa caixa de ressonância que se sintoniza pelo toque. Para as autoras, esse processo de ressoar parte de uma tradução de sentidos que faz um desvio para sua transmissão. Assim, não é uma simples reprodução, uma cópia interdita ou subjugada, mas propriamente uma elaboração própria do afeto acometido que só se dá pela disponibilidade que sustenta a correspondência.

Escrever sobre as histórias que me interpelam é assim registrar elas pela ressonância, entendendo aquilo que me movimentou nos processos experienciados dos encontros. Não trata-se evidentemente de cartografar as relações afetivas (BARROS; KASTRUP, 2015), ainda que muito se assemelhe ao processo, pois perder-se sempre fez parte da minha bússola capenga. Assim como também, o mapa pode ser entendido como uma domesticação do território (BONA, 2020), uma prática colonizadora de marcar e modelar como se ali nada antes existisse. Busco uma escrita de rastros, encruzilhadas, e por isso, reconheço o fator transmissor imperfeito dos relatos: a intenção é se perder. Puxadas pela minha percepção e memória, as cenas não buscam a verdade do ocorrido, mas o princípio de uma reverberação, em que “uma mentira pode virar verdade e uma verdade pode virar mentira” dependendo da organização das coisas (SIMAS; RUFINO e HADDOCK-LOBO, 2020, p.23). Como nos ensinam os autores, no movimento se rearranja as partes fragmentadas e no tropeço se encontram as respostas. Conceição Evaristo (2017) também destaca que a invenção é um

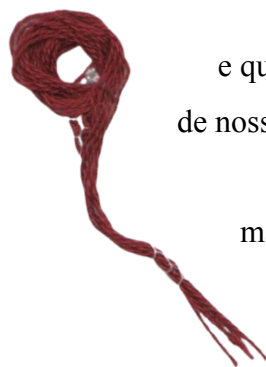
³ FRANCO, Deborah dos Santos. **Se quiser saber mais sobre ressonância**. UFJF: Projeto Física e Cidadania. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/fisicaecidadania/conteudo/se-quiser-saber-mais-sobre-ressonancia/>>. Acessado em fevereiro de 2023.

modo de preencher os esquecimentos típicos da memória, pois, mesmo que baseadas em fatos, as memórias são modificadas entre o espaço do acontecimento e da narração.

Inspirada nas produções da artista visual Rosana Paulino, que trabalha sobre a construção de subjetividades atravessadas pelo racismo na busca de uma identidade pela memória coletiva, utilizo-me da técnica do bordado como expressão dos fios soltos de histórias que vão para além de mim. A capa dessa escrita foi construída baseada na série Assentamento de 2012 da artista. Trata-se da composição de um corpo que se expande, de um afeto que não se reduz ao peito, da tela que rasga e dos nós que transparecem. Tal como ela menciona sobre suas obras, são “linhas que modificam o sentido, costurando novos significados, transformando um objeto banal, ridículo, alterando-o”⁴. Assim, bordo unindo retalhos do cuidado aprendido de raízes profundas em terras secas que romperam o asfalto que acimenta as políticas públicas. Um registro das banalidades ímpares do cotidiano, as vivências extraordinárias por serem ordinárias (NOGUEIRA, 2019). Trata-se de um processo de semeadura de uma plantio que não se sabe o que vai nascer, mas que busca subverter a escassez das terras desmatadas pela colonialidade.

Narro, logo, o que me tocou, não para contar sobre as vidas alheias, ainda que eu não possa fugir delas, mas para ressonar os encontros com elas. O que a atravessa em mim, produz rasgos na minha posição branca de saber. Direciono-me aos campos de refúgio (BONA, 2020), pelo qual não é preciso se esconder, o estranho habita e encontra acolhimento. Elaboro as palavras acreditando na transformação, no encontro como saída inventiva, no resguardo das memórias como aprendizado de possíveis. Na busca de um encontro afetivo, para um mundo em decomposição, do mais profundo canto em meu interior, assim escrevo como quem manda cartas de amor⁵.

O fio da meada: encontro como tecnologia de cuidado



(...)

e quando falamos nós temos medo
de nossas palavras não serem ouvidas
nem bem-vindas
mas quando estamos em silêncio
ainda estamos com medo.

⁴ FERREIRA, Débora Armelin. **As tramas de Rosana Paulino**. Online: Afreaka. Disponível: <<http://www.afreaka.com.br/notas/tramas-de-rosana-paulino/>>. Acesso em março de 2023.

⁵ EMICIDA. **Cananéia, Iguape e Ilha Comprida**. Sony Music; Laboratório Fantasma: AmarElo, 2019.

Então é melhor falar
lembrando
nunca estivemos destinadas a sobreviver
(Audre Lorde)⁶

Quando criança, tive um problema no ouvido que me provocava dificuldade em ouvir algumas sutilezas sonoras, isso acabou me prejudicando no processo de alfabetização. Pronunciar as sílabas erroneamente tornava-se um problema nessa fase e foi na entrada na escola que me dei conta dessa questão. Falar então se tornou uma prática penante entre pares, visto que sabia que não seria ouvida, meu conteúdo não seria valorizado, pois a ouvinte estaria mais preocupado em perceber meus desvios, para me corrigir, do que realmente me escutar. A ênfase no meu erro me colocou em uma posição cada vez mais silenciosa, com medo de ser exposta como a incapaz, minha voz já não tinha tanto sentido. A verdade é que quando me ajustei à norma do português verbalizado, percebi que a dificuldade não era exatamente sobre o *nh*, *lh*, *ss*, entre outros dígrafos, mas a disposição de ser escutada. Tive uma diferença sutil e não permanente, ainda assim, isso me calou. Outras pessoas são sufocadas ao silêncio de modo crônico, sem escolha, nem possibilidade de adaptação que se encaixe a regra. Não é que não falamos, mas sim que não as escutam (HOOKS, 2019a), mesmo que essas utilizem da norma linguística (JESUS, 2015). Não somos ensinadas a receber de modo recíproco a diferença, não aprendemos a alteridade de narrativas.

Como, necessariamente, ouvinte durante boa parte do meu desenvolvimento, percebi o lugar que as outras se encontravam nas comunicações cotidianas, como agiam e se pronunciavam. O silêncio não pode ser tomado sempre como uma indicação de concordância, visto que muitas das pazes instauradas são provocadas pelo medo⁷. Há muita violência na fala, mas também, há muita violência na escuta, mesmo que seja descartando o que não se pronuncia. Ao contrário do que nos é passado- como a ideia do conceito de “escuta ativa”- o processo nunca é passivo, indiferente, feito automaticamente pela entrada do som em nossos ouvidos. Até pode ser audível, mas sem uma interpretação com base nas nossas referências anteriores -uma percepção situada no mundo-, ficamos alheias aos sentidos transmitidos, seja pelos significados sociais que carregamos, ou pela mensagem transmitida. Como consequência, optamos por não ouvir, distorcer ou fragmentar algumas falas. Opção, pois,

⁶ LORDE, Audre. Uma litania pela sobrevivência. In: **A unicórnica Preta**. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2020.

⁷ YUKA, Marcelo - O Rappa. **Minha Alma (A Paz Que Eu Não Quero)**. Warner Music: LadoB LadoA, 1999.

ainda que sejamos todas continuamente estruturados por um modo de perceber o mundo e isso nos tornar fadados a repetir os mesmos discursos de verdade, como um monopólio de enunciação (ARIAS, 2010), também nos prendemos naquilo que recebemos de recompensa. Para nós, por exemplo, pessoas brancas, o privilégio é a própria possibilidade de não precisar lidar com o fato, ignorando o acontecimento, escolhendo não ouvir. Um espaço seguro e confortável para o distanciamento, ainda que dado por uma herança de violência sistêmica. Precisamos nos desprender do pacto narcísico da branquitude que nos faz escutar aquilo que nos favorece, concreta ou simbolicamente, como se fosse um relato universal (BENTO, 2002).

Assim, pensamos naquilo que não é escutado, não por não falar, mas por não se ouvir; e ainda, naquilo que deixasse de falar por silenciamento. A fala, para aquelas arbitrariamente caladas, não é uma expressão banal, mas um objeto de poder, capaz de recuperar aquilo que lhe foi roubado, um “ato de resistência, um gesto político que desafia políticas de dominação” (HOOKS, 2019a, p.36), produzindo um sujeito social com força criadora (LORDE, 2020). Todas temos a responsabilidade de buscar as palavras daquelas que clamam por ser ouvidas, compreendê-las e compartilhá-las (LORDE, 2020), visto que um pronunciamento só recebe vazão com um receptor que reconhece o que está sendo dito. A troca na interlocução, contudo, não é sobre tomar a escuta como armadilha para as relações permanecerem intactas, gerando omissão, fuga e descomprometimento, tampouco devemos nos bastar pela impotência e pela culpa de onde nos situamos, como um instrumento de proteção a ignorância (LORDE, 2020). Nossas vozes (brancas, cisgêneras, sem deficiência, acadêmicas) são essenciais para a mudança, contudo, é preciso realocar esse espaço de poder, não descentralizando o discurso, mas produzindo giros ao centro (COLLINS, 2019).

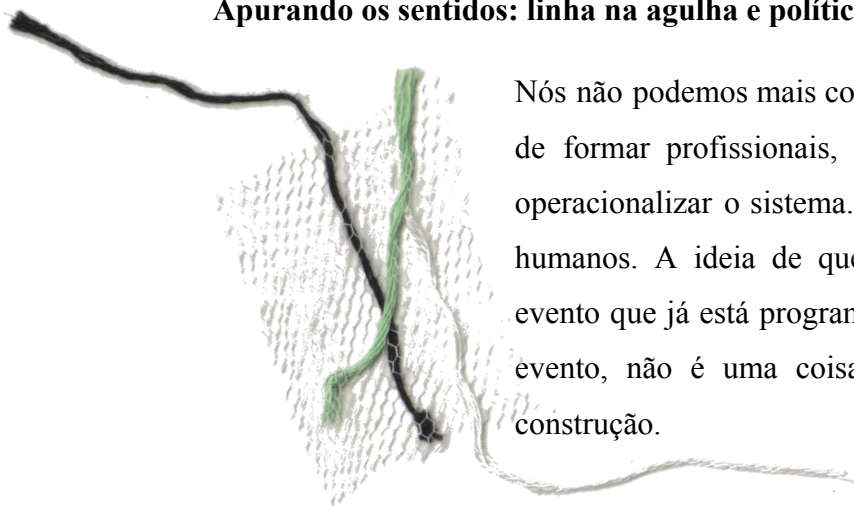
Cada grupo fala a partir de seu próprio ponto de vista e compartilha conhecimentos parciais e localizados (...) Cada grupo se torna mais capaz de levar em conta o ponto de vista dos demais, sem abrir mão daquilo que torna seus pontos de vista únicos nem suprimir as perspectivas parciais dos outros grupos (COLLINS, 2019, p.431).

É pela via do diálogo, com trocas e aprendizados mútuos, que podemos construir aberturas de compartilhamento e reconhecimento (HOOKS, 2019a), aceitando nossas diferenças ao mesmo tempo em que identificamos nossas semelhanças (LORDE, 2020). É essa relação que aqui irei nomear como encontro, uma aproximação com o mundo da outra, um processo de contaminar e habitar o território alheio (RODRIGUES; BATTISTELLI, 2021). Tal fato não se dá por uma pacificação mortífera, mas sim pela sustentação do conflito (HOOKS, 2019b), recorrendo ao pronunciamento quando necessário, um modo de matar uma

parte de nós (que é segura, familiar e confortável) construída por essa estrutura de controle (LORDE, 2020). Precisamos aprender que a coalizão é uma ferramenta coletiva (COLLINS, 2022) que produz possibilidade de mudança.

Assim, a abertura da escuta é resultado de um aprendizado constante de aproximação com uma realidade estranha, um trabalho pedagógico que reconhece as distintas posições que cada um ocupa; que encontra sentido pela fala, não por uma obrigação da transmissão, mas por uma atenção engajada que direciona a uma elaboração. Trata-se de uma relação gingada que nos desloca dos monólogos discursivos, provocando-nos uma posição ativa de busca à outra. Um uso consciente dos privilégios como destituição deles. A dialética de narrativas possibilita contornar-se para além dos limites da realidade própria, expandindo o enquadre singular para um campo coletivo com comprometimento e responsabilidade. Logo, usemos o encontro como tecnologia de cuidado.

Apurando os sentidos: linha na agulha e políticas públicas



Nós não podemos mais continuar atendendo a esse pedido do mercado de formar profissionais, de formar técnicos, de formar gente para operacionalizar o sistema. (...) A gente tem que ajudar a formar seres humanos. A ideia de que o ser humano é alguma coisa dada, um evento que já está programado, é um erro (...) o ser humano não é um evento, não é uma coisa que pipoca ali, pipoca aqui. Ele é uma construção.

(Ailton Krenak)⁸

Na graduação de uma universidade pública, a teorização de políticas públicas (priorizando aqui a análise na saúde e na assistência social, áreas que tive contato durante o curso) é uma escolha, e não uma exigência. Mesmo que, ressaltado, em um ambiente público, é possível ignorar sua existência e se voltar para uma clínica privada. Mas também, não é algo diferente a nossa posição cidadã, ou por acaso quando se nasce e berra já vem junto no choro as leis que regem esse país? Alguém precisa nos ensinar em algum momento a viver “do jeito certo”, porque parece que estamos sempre nesse estado de inadequação. Assim foi também a minha formação, um estado de não pertencimento, deslocada do chão acadêmico como se ali não fincasse minhas raízes. Saindo dela mais fragmentada do que entrei, sabendo menos do

⁸ KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do Bem-viver**. Online: Cultura do bem viver, p.19-20, 2020.

que um dia soube, não por perda de informação, mas por excesso, a ponto de não mais caber: transborda. Os cinco anos não capturam o estudo desse campo relacional próprio. Talvez por isso seja mais fácil se bastar pelos desvios, assumindo em nós uma falsa integralidade, ainda que também estejamos sempre em um processo de dilaceramento. Mas, se é do campo social que nascem os traumas, é também por ele que se produz a cura. Por isso, o público, com seu significado esvaziado, é tão significativo na universidade. Mas essa cisão não é à toa.

A política que vem da tv é com contornos burocráticos, linguagens rebuscadas, distante, feita de pessoas de terno- que nem parecem viver no Brasil de 40^aC graus- aprovando programas, planos, investimentos. Mas, em contato com as políticas públicas durante a graduação, percebi que esses espaços são também fluxos, relações, pessoas que interagem no cotidiano, furam o pragmatismo em busca da construção de um comum (BARROS; PIMENTEL, 2012). De qual política estamos nos guiando? Para bell hooks (2019a), política é um processo contínuo e compartilhado, uma forma de conscientização crítica e de comprometimento pessoal e coletivo. Por isso, essa divisão é um projeto proposital de diminuir ou apagar as organizações sociais, como se esses homens brancos de terno fossem naturalmente os únicos representantes (COLLINS, 2022). Como, então, dessas linhas forçadamente paralelas produzimos encontros?

Os processos administrativos não são o único distanciamento a politização das ações, afinal, já há propostas que buscam orientar as práticas de modo mais consciente⁹. Antes de demandar alterações, é necessário provocar a mudança em nós mesmas (HOOKS, 2019a). Construimos e somos também responsáveis continuamente pelo processo que está em andamento, por isso, também é sobre analisar as nossas próprias práticas rotineiramente: como pensamos, agimos e trabalhamos com o cuidado. Ações ensinadas, aplicadas e retroalimentadas por um projeto de Brasil que se perpetua desde do período da invasão. A colonialidade corresponde a lógica de supremacia, exploração e controle, que não necessariamente se dá por meio de força bruta, mas também por um sistema discursivo (FAVERO, 2020). As políticas de dominação - como racismo, sexismo, classismo, capacitismo, cisgeneridade, heterossexualidade compulsória, entre outros- serviram de ferramenta e de suporte para a consolidação colonial (COLLINS, 2022), perspectivas únicas de mundo, uma dimensão humana orientada por alguns poucos países. Tais sistemas de opressão foram aprimorados ao longo do tempo, alterando suas formas para não parecer uma

⁹A citar, por exemplo, a própria Política Nacional de Humanização - PNH, também conhecida como HumanizaSUS, que prevê como diretrizes: o acolhimento, a participação e cogestão, a clínica ampliada e compartilhada, a ambiência, a valorização dos trabalhadores e a garantia de direitos. Para saber mais: <<https://redehumanizasus.net/politica-nacional-de-humanizacao/>>.

violência, mas verdadeira superioridade (GONZALEZ, 2016). Assim, não conseguimos reconhecer de fato como imposições que moldam nosso modo de ser, entender, sentir e se relacionar, mas como um fim, uma verdade, um fato. Essa relação é resultado de um controle político, corporal, cultural, estético, ético, espiritual, linguístico, desejante e epistêmico (GROSFOGUEL, 2012). Institucionalizou-se um projeto bem sucedido, nas nossas práticas e nos nossos afetos (COLLINS, 2019), de normatização de existências a partir de um ideal único (SIMAS; RUFINO, 2020).

Do mesmo modo, nossas bases de conhecimento de como produzir cuidado, seja aquelas aprendidas na formação acadêmica, como também aquelas do meio social e íntimo, continuam seguindo as heranças coloniais (PASSOS, 2020). Ainda assumimos o controle como proteção, a dependência como afeto e a violência como expressão de amor, nos levando a assimilar a opressão que sofremos e fazemos sofrer (HOOKS, 2020). Sob o pretexto de cuidado, povos originários, africanos e seus descendentes foram exterminados na busca da salvação (SANTOS, 2015; NÚÑEZ; OLIVEIRA; LAGO, 2021). Atualizando sobre a mesma justificativa, mulheres são esterilizadas sem consentimento por serem pobres; pessoas negras com dependência química são trancafiadas, evangelizadas e submetidas ao trabalho forçado; crianças negras são humilhadas e agredidas para fins didáticos; mulheres que sofrem com violência íntima são desterritorizadas, desacreditadas, desassistidas, abandonadas social e financeiramente.¹⁰ A quem esse cuidado protege? E isso não é uma pergunta retórica.

De acordo com Rachel Gouveia Passos (2020), é possível entender três manifestações de um cuidado com raízes coloniais presentes nas práticas de políticas públicas. A primeira é a construção de subalternas, isto é, *outsiders* (LORDE, 2020), sobreviventes (SIMAS; RUFINO, 2020), aquelas que se encontram à margem da humanidade, seres descartáveis, ainda que necessários ao sistema, pelo qual somos ensinadas a ignorar. A segunda é a criação de um corpo matável e exterminável, passível de destruição e dilaceramento, sem haver julgamentos e intervenções sociais contrários, desses, é negada a própria existência. A terceira trata da formação de sujeitos como objetos estereotipados, pelo qual cobiçamos como posse e tememos como monstros, reduzindo suas vidas em generalizações desumanizadas. Tais circunstâncias que, por vezes, ocorrem de modo simultâneo, sofrem atualizações a ponto de serem validadas em ações públicas, institucionalizadas nas sutilezas do mito da harmonia

¹⁰ Tais fatos foram presenciados durante a minha formação, mas para fins dimensionais, essa análise também pode ser verificada em: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (Orgs.). **Luta antimanicomial e feminismos: Inquietações e resistências**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017; _____. **Luta antimanicomial e feminismos: Discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

cultural brasileira e sendo resguardadas no manto do Estado Democrático de Direito (SANTOS, 2015). A proibição de crianças na Casa do Estudante Universitário, retirando o direito de maternas das mães indígenas a partir de um regimento universal sobre o espaço, pode ser tomado como exemplo¹¹. A falta de ações da UFRGS (1), o incômodo causado pelo choro das crianças (2) e a colocação de bananas podres na porta de uma estudante (3) representam as facetas coloniais do benefício à moradia estudantil.

A psicologia também surge como resultado dessas forças, ansiando pela domesticação e pela patologização dos corpos (JESUS, 2015), carrega a herança de controle e perpetua em suas práticas um cuidado tutelar, como relata Sofia (FAVERO, 2020) sobre a experiência trans. Sobre uma justificativa semelhante à salvação, em prol de um bem comum, produziu-se técnicas disciplinares cada vez mais eficientes, não apenas sobre a conduta e o comportamento dos sujeitos, mas quanto a própria capacidade desejante deles (RODRIGUES; BATTISTELLI, 2021). A área tem servido inevitavelmente na produção utilitária de vidas ao elaborar modelos prescritivos e reguladores, produzimos escassez existencial (SIMAS; RUFINO, 2020). As narrativas ouvidas são reduzidas a interpretações de repetições (MERHY; FEUERWERKER; GOMES, 2016), esgotando histórias ao limitá-las apenas a processos quantificáveis.

O campo psi (psicologia, psicanálise e psiquiatria) recebe a alcunha de desbravador da intimidade alheia e abraça esse título como se não fosse apenas um modo de produzir uma autoridade (FEUERWERKER, 2016). Como somente aquelas que conseguem acessar o segredo que o próprio sujeito desconhece, todo o processo de escuta é reduzido a um vínculo de culpa, um espaço conspiratório que algo se esconde e irá ser denunciado (DESPRET, 2011). Tal atuação é baseada por um ideal de neutralidade (FAVERO, 2020), um suposto distanciamento completamente limitado pelo senso comum de discursos universais e das tecnologias existentes (JESUS, 2015). Como resultado, reduz-se as representações e os sentidos apresentados, assim como, as opções, ações e os elementos da pessoa pensar sobre si e cuidar de si (MERHY; FEUERWERKER; GOMES, 2016): retira-se a possibilidade de autonomia. Ainda que com um suposto alinhamento crítico, como a defesa do cuidado em liberdade, não estamos desprendidas de reproduzir de modo paralelo às demais políticas de dominação (PASSOS, 2020). Não nos diferenciamos tanto assim da perspectiva

¹¹Como repercussão da luta coletiva indígena, foi conquistado um espaço próprio de moradia. Para saber mais: <<https://sul21.com.br/noticias/educacao/2022/03/somos-como-um-passarinho-presos-na-gaiola-dizem-maes-indigenas-da-ufrgs/>>.

confessionária cristã como projeto global de pensamento que criminaliza os desejos (NÚÑEZ; OLIVEIRA; LAGO, 2021).

O fato é que, apesar de tentarmos, talvez nós não estejamos cuidando efetivamente e isso traz uma insuficiência que não estamos dispostas a lidar. Ainda que possamos ser minimamente localizados em nossos privilégios, como a branquitude crítica, revelamos nossa ferida narcísica (BENTO, 2002). Ter o controle do trabalho nos confere segurança e conforto, pois, dominamos a autenticidade do testemunho como confidentes daquela experiência, priorizando regimes de discursos que nos favorecem e nos protegem da crítica e responsabilidade (DESPRET, 2011). Esse agir vai de encontro com as lógicas disciplinadoras de dominação ao estabelecer uma relação vertical que regulamenta certos modos de viver como necessariamente modos errados (MERHY; FEUERWERKER; GOMES, 2016). hooks (2019b) evidencia que todas as formas de opressão estão ligadas, um sistema não pode ser erradicado enquanto os outros permanecerem intactos e, por isso, para não cair na armadilha salvacionista, devemos reconhecer o potencial opressor que carregamos (HOOKS, 2019a).

Como relatado, as políticas públicas têm servido como uma herança simbólica e concreta da apropriação secular de alguns poucos sujeitos, usada meramente como um favor oferecido às marginalizadas (BENTO, 2002). A modificação dos processos ao longo dos anos não se deu pela estrutura ideológica, mas apenas das organizações político-sociais de gestão (SANTOS, 2015). Como nos conta Audre Lorde (2020), não é possível alterar o sistema utilizando de suas práticas, as ferramentas do senhor nunca derrubaram a casa grande, “elas podem possibilitar que os vencamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica” (p.137). Se esse é o cuidado direito, de violências, controles e silenciamentos, consagrado pelo projeto colonial, então busquemos pelo avesso do cuidado.

Construindo nós: por uma política de emaranhados

Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor.

(Glória Anzaldúa)¹²

¹² ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, v.8, n.1, p. 229-236, 2000.



“A divisão de tarefas é regulada por autogestão. (...) Molhando, plantando, alguns se responsabilizam pela retirada (...) Ao fim da oficina, a mesa se encontrava cheia de comida: cenouras (pequenas, mas cheias em folha), espinafre, folha de alho, salsinha, hortelã, alface, chuchu e ora-por-nóbis. Todos ficaram em volta da mesa esperando quem iria ser o primeiro a pegar os alimentos. Alguns participantes brincam que se ninguém vai pegar então é tudo deles; mas depois respondem que iriam esperar outra pessoa iniciar, pois, já tinham muito em casa e não precisavam. Então, nos convidam para sermos as primeiras, ficamos meio envergonhadas em receber os alimentos por não ter participado de todo o processo, ainda assim, eles insistem e recolhemos algumas coisas para nós. Ao final, ainda sobra comida na mesa, agora todos vão em direção a ela ao mesmo tempo pegando mais um pouco. Um dos participantes pega umas hortelãs esquecidas e coloca dentro de um copinho de água, comentando que vai deixar lá na frente [do CRAS] para quem quiser levar.”

O relato anterior trata-se de um trecho do diário de campo do dia 01 de agosto de 2019 que produzi durante uma pesquisa que realizei em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Porto Alegre¹³. A cena faz referência ao grupo de convivência da horta que acontecia semanalmente no terreno do serviço, especificamente, ao primeiro dia que participei. Optei pela escolha dela por se relacionar ao primeiro contato que tive com um cuidado “ao avesso” na graduação, no caso, formado pelo plantar, mas mais adiante irem trabalhar outros exemplos experienciados. A horta era um espaço de construção de coletivo. Apesar de seus membros mais frequentes, sempre surgia novos integrantes que faziam passagem. A percepção do comum era sempre avaliada, misturada, reformulada, em suma, semeada nos encontros. Não era necessário saber sobre agricultura, todos ali aprendiam, ainda que integrantes com conhecimento ancestral assumissem mais o papel de transmissão. O grupo fazia uma conversa no início dos encontros, ainda dentro do espaço fechado do serviço, mas a prática se findava para a terra e de lá que as relações se constituíam. Na partilha das comidas, como demonstrado, a colheita era iniciada por quem mais precisava, ainda que no fim normalmente sobrasse. Dependendo de quem fosse a mediadora, Pacha mama¹⁴, era citada nos agradecimentos antes da distribuição; outras vezes, o Deus cristão. As atividades eram dimensionadas pelo acolhimento, responsabilidade, aprendizagem e coletividade entre as

¹³ A pesquisa buscava investigar a construção de cidadania dentro dessa política e resultou na publicação do artigo: RODRIGUES, Luciana; MIRANDA, Gabriela da Cruz; ALMEIDA, Diângeli Strada de. Perguntar para quê? quesito raça/cor no cadastro único para programas sociais. **Psicologia e Sociedade**, n.34, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34e237658>.

¹⁴ Representação semelhante a ideia de “Mãe-terra” mais utilizada pelos povos originários andinos.

integrantes, as crianças (filhos acompanhando as usuárias participantes), aquelas alheias ao grupo (como outras usuárias do CRAS ou da vizinhança) e a natureza.

O grupo da horta era a construção de um cuidado em ato pelo dispositivo do encontro. Isso não significava que os membros sempre eram colaborativos e afáveis entre si. As tensões eram recorrentes e é somente por elas que era possível estabelecer um espaço orquestrado pelo comum (BARROS; PIMENTEL, 2012). O modo como o coletivo se definia e se constituía não era sobre uma hegemonia de entendimentos, como se ali todos fossem iguais, muito menos como anulador das experiências que cada um trazia, mas construindo um novo funcionamento juntos (COLLINS, 2022) pelas diferenças (CAMPOS, 2000). Além disso, pelas pessoas do grupo assumirem participação e responsabilidade mútua pelo espaço, caracterizou-se uma relação de pertencimento e reconhecimento (CAMPOS, 2000). A autonomia que surge era dado nas práticas miúdas das relações cotidianas da construção desse coletivo (COLLINS, 2019) e é por esse ponto que afirmo que, sendo ampliadores da experiência de vida, são práticas de cuidado em si. Esse foco no banal não é desconsiderar o que pode ser generalizável institucionalmente, como a garantia dos direitos constitucionais (moradia, alimentação, educação, etc.), mas compreender a expansão para além das considerações individuais, que assume relevância no âmbito coletivo (COLLINS, 2022). Assim, a disputa não se caracteriza pelo trabalho contra algo, que pode recorrer a uma redução, mas por algo, na construção de outros caminhos a partir daquela realidade apresentada, uma aposta na criação que transforma a experiência para além do controle (NOGUEIRA, 2019).

Lélia Gonzalez (2018) destaca a incoerência de propor a garantia de direitos a todas desconsiderando a existência de uma sociedade estratificada que produz acesso distintos aos recursos. Do mesmo modo, a possibilidade desse cuidado existir não pode se eximir de considerar os recursos necessários para tais ações, como a avaliação das lógicas instituídas de opressão (RODRIGUES; BATTISTELLI, 2021). De acordo com Collins (2019), nossas bases de saber são estruturadas pela manutenção de dominação, desimplicando-nos de ação e responsabilidade ao colocar-se fora de contexto, na binaridade de sujeito (especialista) e de objeto (de estudo). Para tanto, a autora destaca a contribuição das quatro dimensões da epistemologia feminista negra para se pensar a construção do conhecimento: a experiência vivida como critério de significado; o uso do diálogo; a ética da responsabilidade pessoal; e a ética do cuidar. A ética do cuidar da autora propõe reconhecer a singularidade, as emoções e a empatia como um processo de validação daquilo que o sujeito apresenta. bell hooks (2020b), de modo semelhante, formula a ideia de ética amorosa, que contempla afeto, reconhecimento,

respeito, compromisso, confiança, honestidade e diálogo, como fator de responsabilização para a transformação social. Como nos indica as autoras, afetar e ser afetado é um modo de ultrapassar a racionalidade aprendida na academia que carrega os pressupostos coloniais supremacistas (GROSFOGUEL, 2016).

Essa percepção mais íntima sobre o cuidado, que implica uma posição de alteridade, é uma forma de romper com a desumanização da outra pessoa (ARIAS, 2010). De acordo com o autor, assim como também menciona Santos (2015) e Bona (2020), durante a colonização, os afetos foram suprimidos a favor do desenvolvimento da integridade moral, social, econômica e cultural dos colonizadores, eliminando símbolos e significações, forçando a anulação das cartografias existenciais, como por exemplo, a expropriação do nome próprio. Como os autores indicam, as emoções assumem um significado social, histórico e culturalmente situadas, não simplesmente expressões fisiológicas, mas sentidos simbólicos encarnados em corpos e coletivos, que possibilitam a construção de imaginários, discursos e práticas que levam a sentir, pensar, falar, atuar, assim como, perceber o mundo e a vida. A dimensão relacional dos afetos produz deslocamento existencial, não se reduzindo apenas naquilo que fazemos, mas quanto a intensidade e a completude que sentimos ao fazer. Como tal, são vias possíveis de liberdade à dominação (BONA, 2020), pois produzem conexão, responsabilidade e desobjetificação (LORDE, 2020).

Como alternativa ao processo colonizador, constitui-se cosmopoéticas de refúgio (BONA, 2020) que recorreriam a modos alternativos de se autodefinir (COLLINS, 2019). Assim, as dissidências existenciais perduraram, apesar da artilharia de guerra, resistindo em uma dinâmica cultural de adaptação, reinterpretação e criação de novas formas (GONZALEZ, 2018). Uma construção de um espaço-tempo próprio dentro desse sistema, não objetificando instaurar um novo processo, mas denunciando aquele que já existia. Um exemplo é a ideia laboral trazida pelos europeus. Diferente da narrativa da invasão que afirmava que as pessoas que aqui viviam eram preguiçosas, de acordo com Nego Bispo (2015), os povos originários reconheciam o trabalho trazido pelos europeus como uma prática predatória de vida, por produzir fadiga, acumulação e escassez, tal qual o caráter escravagista de seu uso. O autor evidencia a sabedoria das aldeias e dos quilombos (na qual ele também pertence) chamada de biointegração, uma conexão com tudo que é feito, reconhecendo a posição que nos encontramos naquilo que ainda virá. Assim, ensinam que “[n]ão basta colher a folha para fazer o remédio; é preciso saber cantá-la e encantá-la.” (SIMAS; RUFINO, 2020, p.16), reverenciando sua permanência em sua própria origem. Essa invenção e transformação dos sentidos que interliga diferentes dimensões de existência e desobedece o modelo de monismos

coloniais (SANTOS, 2015) é nomeado por Simas e Rufino (2020) como manifestações de encantamento.

a encantaria é um campo fecundo para se pensar as artes da alteridade, do trânsito pelo transe, refletir sobre a necessidade de se relacionar com o outro, a aventura de se atentar para as linguagens do corpo como campo de possibilidades plurais para experiências de liberdade (...) o encantado é (...) aquele que se colocou disponível para mudar, alterar o corpo, transformar a experiência, atravessar a enxergar de outras formas a vida como caminho de negação da mortandade (SIMAS; RUFINO; HADDOCK-LOBO, 2020, p.31-32).

Desse modo, o encantamento é um modo de amparar a existência, não reduzido as relações de violência e sofrimento, mas ampliando como um cultivo da vida¹⁵. Assim, podemos compreender que tal cuidado relacionado aos sentidos assume uma dimensão social, ontológica e epistêmica (CUNHA, VALLE e VILLAR-TORIBIO, 2019), que não se basta por uma análise puramente de parâmetros individuais, materiais ou momentâneos, mas de um modo de conceber a existência ao todo, para além de uma relação específica e pessoal. O “avesso” considera o resguardo afetivo como necessário para sua atuação, nos provocando analisar como esse cuidado se dá, a quem ou ao que ele se dirige e também quem o produz.

O cuidado por séculos foi entendido como um processo laboral, que como já mencionado na relação de trabalho colonial, nem os próprios homens brancos gostariam de realizar, por não reconhecer valor em sua prática (HOOKS, 2019b), restringindo-o, assim, a determinado corpo social (PASSOS, 2020). Aliado à criação de narrativas que legitimam a demanda de trabalho, como “amor materno” ou “resiliência à dor” (HOOKS, 2019b), a responsabilidade do cuidado limitou-se a mulheres, principalmente, as mulheres negras, pois, como assumia uma relação degradante e subjugada, não precisava haver contrapartida de cuidado (LORDE, 2020), resultando na agressão do corpo que amamentava, como das mães pretas (GONZALEZ, 2018). Após a falsa abolição, a servidão do cuidado expandiu-se institucionalmente para as ações políticas e estatais (PASSOS, 2020). Tais obrigações produzem desvantagens sociais, como a demanda excessiva não remunerada¹⁶, ou mesmo a produção de sofrimentos sistêmicos (como a morte recorrente de seus filhos)¹⁷. bell hooks (2019b) evidencia que não devemos romantizar, naturalizar ou reduzir as relações de cuidado,

¹⁵ NÚÑEZ, Geni. **Para além da dor e do sofrimento, a saúde e a alegria também precisam de amparo**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Co-7qXZP3Yf/>>. Acesso em fevereiro de 2023.

¹⁶ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Rio de Janeiro: Autor, 2011. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em janeiro de 2023.

¹⁷ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da violência**. Rio de Janeiro: Autor, 2019. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>>. Acesso em janeiro de 2023.

e por isso, cabe analisar as distintas posicionalidades que ocupamos para estranhar aquilo que nos foi aceito de modo tão comum (RODRIGUES; BATTISTELLI, 2021): o excesso de obrigação de algumas e a inação de outras. Para uma prática de fato anticolonial todas devem ser responsáveis pelo cuidado, ele deve ser dividido e compartilhado (MERHY; FEUERWERKER; GOMES, 2016).

Ainda que com avaliação e técnicas específicas de uma formação em psicologia que entende as interseccionalidades que envolvem a saúde mental e a garantia de direitos, o trabalho só se completa na integralidade coletiva, uma proposta descentralizada de gestão de vida (CAMPOS, 2000). Para isso, contudo, é preciso evidenciar as hierarquias já ocupadas para não definir as relações apenas a partir das nossas próprias percepções (LORDE, 2020) situadas pelas desigualdades sociais (COLLINS, 2022). O cuidado é uma condição de existência do ser, no sentido de relações que protegem e criam vida, mas também é uma ferramenta para a ação de ser, ou seja, uma promessa de transformação para produção de vida (CUNHA, VALLE e VILLAR-TORIBIO, 2019). Portanto, ele exige mudanças nas relações até então estabelecidas, compreendendo o potencial colonizador nas práticas que partem de uma formulação baseada em nós brancos (BENTO, 2002) e que produzem desencantamento, ou mesmo, extermínio de certas vidas.

Por fim, destaca-se que a atuação de cuidado proposta não é sobre descartar tudo aquilo que foi estabelecido anteriormente, mas reconhecer os impactos de uma perspectiva unilateral e fragmentada. Prontuários, avaliações, escalas, orientações, diagnósticos são pertinentes e auxiliam na qualidade de vida, mas, assim como nos provoca Merhy, Feuerwerker e Gomes (2016), o que se perde naquilo que não encaixa e cai na exceção? Tomamos as existências que desviam como a falha e não propriamente o erro no postulado utilizado para o trabalho (CAMPOS, 2000). Deixamos passar os gestos de suposições, as falas ainda inaudíveis, os atos não perceptíveis, aquilo que se movimenta e cria para além da percepção das diretrizes científicas, mas se mostra nos afetos. A nomenclatura impede que outras experiências possam surgir, assim como outras significações sobre o ocorrido. As teorias nos servem de guia e suporte, mas podem também dificultar a experimentação, o dinamismo, a imprevisibilidade própria das relações públicas (CAMPOS, 2000).

Do mesmo modo, questionar o que está estabelecido é também tensionar as repetições assim definidas por um sistema de dominação que anula as diferenças. A ciência foi e ainda é uma perspectiva muito específica de saber disfarçada na imparcialidade (FAVERO, 2020),

que anteriormente validou ações de morte em prol de algumas vidas¹⁸. Defendê-la sem juízo crítico é anular seu caráter inventivo de constante transformação (BARROS; KASTRUP, 2015), se contentando com uma racionalidade determinada (CAMPOS, 2000). Precisamos ampliar as dimensões do compreensível para dar visibilidade às múltiplas estratégias de sobrevivência, ainda que essas fujam da nossa concordância ou entendimento. Por isso, a ciência deve ser articulada e reinterpretada às possibilidades reais de vida por meio de negociações (FEUERWERKER, 2016). Nem em dentro e nem em fora, mas nos entres, uma dimensão fronteira de conhecimento entre a racionalidade e os afetos (ARIAS, 2010). Trata-se de trabalhar sobre o emaranhado de linhas, produzindo nós, ao invés de desfazê-los.

A produção de um cuidado pelo avesso



É necessário preservar o avesso, você me disse. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina o nosso modo de estar no mundo. E por mais que sua vida seja medida pela cor, por mais que suas atitudes de modos de viver estejam sob esse domínio, você, de alguma forma, tem de preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. E é nesse lugar que estão os afetos. E são esses afetos que nos mantêm vivos.

(Jeferson Tenório)¹⁹

Entre as miudezas cotidianas, esquecidas por sua insignificância corriqueira, está aquilo que cria uma rápida e fraca fagulha. O que destoa rapidamente para então novamente entrar no tom. É das marcas passageiras ao desatento que surge a ruptura em busca da mudança, nem sempre sequenciais, muito menos medidas por nossa temporalidade linear. Assim como se caracteriza o símbolo do GerAção POA²⁰: uma espiral; não um ciclo de repetição, mas uma circularidade que escapa e que cresce a partir de si mesma. É pela minha passagem por lá, principalmente na oficina de bordado, que me desassossegou da repetição estagnadora ao perceber as miúdas tramas relacionais que se formavam, pois, como nos conta

¹⁸ A citar, por exemplo, o estudo da sífilis não tratada usando a população negra vulnerável como cobaia, para saber mais: GOLDIM, José Roberto. **O Caso Tuskegee: quando a ciência se torna eticamente inadequada**. Disponível: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/tueke2.htm>>. Acesso em fevereiro de 2023.

¹⁹ TENÓRIO, Jeferson. **O avesso da pele**. São Paulo: Companhia das Letras, p.61, 2020.

²⁰ Trata-se de um serviço da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Porto Alegre estruturado pela perspectiva da economia solidária e da luta antimanicomial ao proporcionar oficinas de geração de renda que propõem a inclusão social pela via do trabalho.

Simas, Rufino e Haddock-Lobo (2020), é preciso estar atento para garimpar as pequenas preciosidades, que assim as são não por sua pureza, mas justamente por seu tamanho, quase se perdem na permanência corriqueira.

Bordar não é um processo simples, exige um apuro geográfico e gestual. Ao mesmo tempo, dificilmente é um trabalho irremediável: aceita suas tentativas e erros. É uma prática que facilmente pode cair na individualidade e assim é descrito por quem enxerga o grupo de fora. Também pode ser entendido como um espaço monótono, pois tem sua própria temporalidade: uma oficina que dura e não se finda num só turno. O rádio que serve de cenário de fundo não destoa muito, músicas repetidas de sucessos atuais. A recorrência faz o chamado, “neste mundo, somos apenas nós, você sabe que não é como era antes”²¹. Rupturas que se uniformizam no grupo, mas ainda quebras, como a oficineira que, ao questionar se haveria música, começa a cantar sozinha até ser acompanhada pelos demais em um ensaio sinfônico de “Trem das onze”: se o rádio não liga, se constrói uma equivalente para ocupar seu espaço.

É também dessa sutil simbiose coletiva que se define a elaboração do encontro. Entre um recorrente esforço em ensinar o enlace do fio, da agulha e do tecido para um oficineiro, me prendo em sua frustração: também eu não conseguia mais passar a linha no furo, “tu também erra”, ele diz rindo, e quase deixo de perceber ele conseguindo o mesmo pela primeira vez sozinho. A potência de vários corpos em um, ou um corpo em vários (SIMAS; RUFINO e HADDOCK-LOBO, 2020), que opera nas variações para não se prender no único normativo, não deixa se capturar (BONA, 2020). Bordando o próprio tempo de desenvolvimento, se enroscando e no dia seguinte se alinhando, sucessivamente, alargando o tempo, é da inconstância que se produz encontros. Também é o ponto de uma que ensina para a outra, o ponto que se nomeia pelo nome próprio de quem o faz, não por possessividade, mas por reconhecimento da particularidade que cada uma coloca no traçado. Como uma assinatura, é possível reconhecer quem faz cada produção, nas preferências dos pontos, da escolha das linhas, assim como na seleção das imagens bordadas.

São relações de cruzo, daquilo que se liga e se realiza, do meio que se expressa e dura, não apenas na vida material (SIMAS; RUFINO e HADDOCK-LOBO, 2020), mas também na afetiva. Na horta, o que um plantava, o outro colhia. Para além da posse consumista ou da necessidade corporal, quem ali manejava era a terra produtora, ela quem oferecia e doava. Ainda que produzisse raízes, não se prendia, era nômade, ia para outras hortas (como a

²¹ Tradução livre da música As it was de Harry Styles, do original “in this world, it's just us, you know it's not the same as it was”.

comunitária do bairro), nas ruas, para a minha casa em mudas, era também muitas. Como a produção do grupo de espaços cultiváveis semelhantes na casa das participantes, não era para se resumir ao CRAS, mas seguir para além dele. De igual modo, na leitura partilhada do projeto Tudo sobre o amor²², o reconhecimento era recíproco, mesmo entre diferenças, produzia laços de confiança. Na tela virtual, via-se choros e risadas, um espaço vulnerável pela abertura conjunta. Havia aquelas vozes mais conhecidas, mas outras também se manifestavam, compartilhavam suas histórias, suas falhas e suas transformações. Na carta final, escrita por todas para outra participante, era mais sobre nós mesmas do que sobre uma outra. Mas também afirmar sobre si é criar linhas sobre as outras, “sem enaltecimento, rejeição ou recriminação, sendo pacientes e compreensivas” consigo (LORDE, 2020, p.215).

Também é se perder e desconhecer, se achar e expandir, entre errâncias do território, conhecendo outros percursos, descobrindo outras práticas que sustentam essas vidas teimosas. O externo, para além das paredes do serviço ou das institucionalidades do projeto público, é imprevisível. Complexo, conflituoso, processual, barulhento, caótico, onde nossas ações e intervenções são questionadas (LENKE; SILVA, 2013). As realidades são construídas de embates, encontros e desencontros de radicalidade e conservadorismo, realidades que se distanciam e mundos que se chocam como um grande Big Bang. É dessa multiplicidade espacial que também se definem os espaços e as práticas. Entre o virtual e o presencial. Do domicílio e da propriedade pública. Ou mesmo, a interpolação desses elementos. A horta que fica para fora das paredes do CRAS, mas dentro das grades do terreno. O coqueiro do GerAção PoA que transita na calçada e nos tijolos da parede. A ESMA²³ que se mantém totalmente pública em andares de terceirização.

Quem chega a esses espaços também o faz em uma viagem prolongada de desvios. O tempo do atendimento e o tempo de transporte. De ponta a ponta dos extremos da cidade, ao centro, onde o caminhar confuso se depara com o excesso, aos ônibus lotados que passam da mesma linha em shoppings a vilas. Não trata-se apenas do circular da outra, mas o que adentra na ação pública pelas frestas, ou, como em casos de regiões de conflito, o que as interpela. Em minha experiência de AT²⁴, pelo bairro Rubem Berta, percebi uma saída da

²² Trata-se de uma extensão vinculada ao Coletivo bell hooks: formação e políticas do cuidado da UFRGS, pelo qual fui extensionista, e teve sua primeira edição em 2020. O grupo foi ofertado para trabalhadoras da educação, da assistência e da saúde, baseado na leitura conjunta do livro homônimo. Trago seu exemplo porque entendo que projetos de extensão de universidades públicas são também uma ramificação da rede de cuidado pública, por contemplar ações que objetivam a comunidade e amparam os serviços governamentais.

²³ Equipe de Saúde Mental Adulto, serviço da RAPS do município de Porto Alegre, que faz atendimentos ambulatoriais de saúde mental pelo qual estagiei durante a formação no período de 2021 e 2022.

²⁴ Acompanhamento Terapêutico, uma prática clínica de literalmente estar junto no cotidiano do sujeito, caminhando em seu território existencial, visando o desenvolvimento de autonomia e a inclusão social pela

cidade na própria cidade, uma periferia distante, que cria a contradição de estar fora e dentro simultaneamente. Manicômios que ultrapassam os muros institucionais ao cotidiano relacional, impedindo o acesso social (PASSOS, 2020). Adentrar, assim, nessas margens é se colocar em risco constantemente. Não exatamente o risco contra a vida, mas o risco do desconforto de se desprender daquilo que é sabido e como isso pode te afetar.

Certa vez, um oficinairo do GerAção me mostrou imagens de uma cabeça decapitada encontrada no lixo próximo ao posto de saúde de onde ele anteriormente morava. Ele relata que o conhecia e junto com a foto do membro negro, também me mostra uma foto do falecido sorrindo junto com a mãe. A imagem também é passada para todos ali presentes no grupo, apesar da proximidade, o oficinairo a compartilha rindo, um colega menciona, “parece um presunto como nos filmes”, a violência é naturalizada. Acontece que a região que foi encontrada tratava-se do local onde eu pegava ônibus para ir estagiar. Mais abaixo da rua de onde moro, dias depois, outro corpo sem cabeça foi encontrado queimado dentro de um carro. As semanas que se seguiram sucederam de imaginar, em uma rua do percurso, entre um amontoado de lixos que sempre se formam, juntam moscas e são revirados por cachorros, uma cabeça escondida. A marca territorial que me interpela, o pertencimento no território modifica o manejo e vinculação do cuidado (LENKE; SILVA, 2013), talvez não me afetaria tanto se não ali compartilhasse das experiências de moradia. Não é necessário também seguir tal extremo, o encontro é esse território comum dado pela via do encontro, no reconhecimento de um sujeito que ali habita.

Tal fato contado me estagnou, mas também me deslocou para o entendimento das falsas fronteiras estabelecidas entre o serviço e a rua, o dualismo forçadamente posto entre oficinairas/pacientes/usuárias e profissional/terapeuta/estagiaria. Não é possível ignorar o cotidiano em que “se nasce, se cria e se morre” (SIMAS; RUFINO; HADDOCK-LOBO, 2020, p.103). Os entendimentos de viver estão em disputa pelos seus muitos sentidos, é preciso trabalhar a geografia suburbana na encruzilhada, como nos provoca os autores, entendendo como um caminho inacabado a ser seguido, sem adestramentos de rotas prontas. A construção desse território expansivo, assim, é um modo de adequação transgressora, ao invés de criar um outro externo e distante ou adentrar o meio institucionalizado, é romper com o princípio fundador estratificado, criando pontos não mapeados de refúgio e criação, o fora está em processo de abolição (BONA, 2020). Por isso, se o que se busca é a inclusão, não

perspectiva antimanicomial (LENKE; SILVA, 2013). A prática em questão faz referência ao projeto de extensão da UFRGS, AT na Rede, pelo qual estagiei e fui extensionista entre os anos de 2020 a 2022.

deve-se estranhar a presença compartilhada desses sujeitos nos espaços que frequentamos, encontrando-os nos ônibus, como vizinhos, ou em festas à noite acompanhadas de cervejas.

O escape também é uma maneira de gerir a própria vida para além do operacionalizado, pois se movimenta e se constitui no processo. Durante o bordado, uma oficinaira fala, “ta bom assim?”, outra pergunta “qual cor eu escolho?”, alguém pede, “coloca a agulha para mim?”. A ambiguidade de lidar com essas falas sem cair no saber consolidado e destituir o encontro construído. São sinais da dependência manicomial de sujeitos que não se identificam possuindo uma autonomia própria, se colocando como objeto de intervenção da equipe? Ou são sondagens do laço social, visto que, como menciona Collins (2019), a autonomia só se consolida na conexão coletiva, na criação de vínculo e compartilhamento. Essa dúvida percorre todo o processo da minha formação. No AT, feito durante a pandemia de COVID-19 pela via inventiva da tecnologia, a acompanhada se desfaz de seu chip cedido, possivelmente vendeu seu celular doado para nossa comunicação, desprende-se de algo ofertado para o nosso encontro. Fez escolhas de gestão de si, comprar um pastel (como muito dizia que desejava) ou atender as inquietações da acompanhante acadêmica? Laura Feuerwerker (2016) destaca que o auxílio não é uma solicitação de controle de si, mas um reconhecimento mútuo de saberes, expectativas, desejos. Talvez o entendimento de autonomia possível deve ser aquela baseada em pelintrações arruaceiras (SIMAS; RUFINO; HADDOCK-LOBO, 2020, p.103) que não nos agradam, pois se constituem inevitavelmente de contradições pelo nosso olhar, como o “triste de felicidade” dito por um oficinairo ao passar na prova da faculdade. Situações não capturáveis, porque não se desenham por nossas retas, mas por articulações próprias de experimentação. Os autores nomeiam essa prática como se adequar para poder transgredir, utilizando-se do equilíbrio gingado e da subversão de trabalhar em cima do estabelecido para propor o protagonismo, inserindo outras gramáticas corporais que somos incapazes de entender.

A autonomia não disciplinar é frustrante. Há muito somos ensinadas sobre as regras e normas sociais, para nós mesmas aceitamos (não de modo indolor), mas impor isso para além de si é o que há de mais incapacitante no processo. Há uma suposta ideia que o controle se justificaria pela eficácia e pela eficiência (CAMPOS, 2000). Assim, como aprendiz e trabalhadora do processo, qual era minha posição? Na horta: plantava, falava, anotava, estudava? E a minha no AT: escutava, aconselhava, percorria, preocupava? Nos projetos do Coletivo: geria, registrava, participava, discutia? Na ESMA: atendia, acolhia, sugeriria, indicava? No GerAção: ajudava, coordenava, orientava, produzia? Em todos a confusão de não saber onde me colocar, entre performar o título de doutora (como algumas pacientes da

ESMA me chamavam) que me conferia uma segurança, ainda que inapta de certezas, e entre me desprender da posição de poder, falsamente ocupando o local de igual e caindo na armadilha de ignorar minha colocação ali. Uma cena interessante me surge à tona, a tentativa de pontuar o objeto de fala na horta. O usuário que não respeita o estabelecimento do contrato social da dinâmica e necessita continuamente que a técnica e a estagiária maneje as falas, mas que consegue questionar quando a mesma técnica sobrepõe uma fala sem ter a posse do objeto. A autonomia não é algo dado por si só e não se reduz apenas a um discurso direcionado às atendidas. Ela exige que assumamos as políticas de dominação operantes, reconhecendo que não se trata de um processo conjunto que visa um mesmo caminho, mas que se enosa e cria buracos no tecido que não podem ser tapados.

Vi vários discursos distintos referentes a minha posição: “As estagiárias (assim como as residentes) atrapalham o trabalho, criam rupturas e vínculos que tem uma duração datada, desorganizando a equipe que fica”, ou “as estagiárias (e residentes) auxiliam o processo, atendem a demanda, sem elas o serviço não funcionaria”. Gastão (CAMPOS, 2000) destaca que a autogestão é uma emboscada reducionista, pois limita suas ações pelo isolamento. Para ele, a via do trabalho devia se dar pela cogestão que reconhece as posições ocupadas e que legitima o externo, que potencializa o grupo ao movimento e ao alcance além dele mesmo, não apenas criando uma política ou organização administrativa, mas também um efeito pedagógico, subjetivo e terapêutico. Assim, o deslocamento que esses papéis (estágio, extensão, pesquisa, residência) assumem é justamente o tensionador das relações cronificadas, sobre se desprender de assumir um poder pelo excesso de vínculo ou sobre assumir autoridade minando a produção de sujeitos.

Cogerir é também desconstruir verdades supostas dos sujeitos ali presentes, assim, permitindo que ele mesmo possa se nomear, dividindo e reconhecendo a responsabilidade. Dizem que, anteriormente no GerAção, as oficinas funcionavam em salas separadas, os processos eram fragmentados, não se identificava o produto final, mas apenas a alienação de uma parcela dele. Quando estes passam a acontecer de modo simultâneo e compartilhando o mesmo espaço, a equipe conta que o coletivo se fortaleceu pelo efeito de protagonismo e responsabilidade que as oficinairas mutuamente assumiram, deslocando o lugar de especialista das profissionais. Quando chego lá, quem significativamente me ensina são as oficinairas, que também ensinam a metodologia às outras. São essas que lidam com o erro de modo acolhedor, não acusam e criticam, reconhecem o perdurar. Assim, não há uma separação do processo de trabalho e da produção de subjetividade, desenvolver é formar compromisso com ele (CAMPOS, 2000). Essa construção de redes de amparos e autonomia

exige tempo, organização e investimento, mas são o que possibilitam que a vida emergja, se mantenha e aconteça com toda sua capacidade (CUNHA, VALLE e VILLAR-TORIBIO, 2019). Diferente, por exemplo, da conduta na Pré-Conferência de Assistência Social que participei acompanhando os povos originários da região (particularmente as etnias Charrua, Kaingang e Mbyá-Guarani) devido a pesquisa no CRAS. Na cena, representantes da assistência rural reduziram os apontamentos trazidos pelas indígenas, tomando-as como descomprometidas e “encostadas”, resumindo a discussão a uma pauta pronta já montada, pois, entre risadas, “el[a]s nem entendem o português, como vão entender os termos técnicos?” (trecho retirado do diário de campo do dia 01 de agosto de 2019). Essas profissionais, vestidas de colares de contas e penas, restringiram a presença indígena como uma mera visibilidade simbólica, vestiam sua cultura, mas não ouviam suas vozes, não ofertavam uma presença política (COLLINS, 2022).

Assim, bordar novas presenças também é uma via de deslocar os saberes consolidados, questionando os modelos que estão em prática. O racismo das sutilezas, o machismo nas brincadeiras, a captura manicomial por desmonte dos serviços públicos, o discurso capacitista quanto ao cuidado superprotetor, a normatização da transfobia como “algo que também existe lá fora”, práticas de controle na equipe, situações provocadas por aquelas que vem de fora, bodes expiatórios, que indagam o estabelecido até então. Crianças são um exemplo dessa figura estranha que induz a construção de algo novo (NOGUEIRA, 2019). Talvez por isso também são continuamente assujeitadas, destituídas de direitos e voz (HOOKS, 2020). Para os povos originários acompanhados, as indígenas (crianças) acompanhavam as indígenas (adultas) em todos os espaços, pois entendiam como um processo de aprendizagem de um sujeito já constituído. As desviantes, aquelas que causam desconforto e são destituídas de reconhecimento, são as filhas de usuárias, as estudantes (categoria que me encontrava), as usuárias assumidos como mais problemáticas pela equipe, as familiares que manejam a vida delas ou precisam delas para manejar a sua vida, as idosas que recebem discursos carregados de etarismo. Como já mencionado, contudo, não basta suas presenças, mas o reconhecimento de que são também interlocutoras por esse coletivo, para que assim um ruído de suas falas possa ser assumido como um som. Octavia Butler (2021), escritora de ficção científica, narra, em seu livro *Filhos de Sangue*, um conto sobre um futuro acometido pelo silêncio como metáfora das interações humanas. Para a personagem principal, parecia haver palavras em gritos, ainda que não conseguisse compreendê-las; suspeitava que a doença que tirou as vozes também capturou o que cada uma mais estimava. A autora, que é negra, provoca em sua escrita o extremo fantasioso para ressaltar o normal atual. E se a fala

fosse tirada de todo mundo, a tendência não seria o estabelecimento de seres que sobrevivem ao invés de sujeitos?

Logo, nos guiando pelo aprendizado da filosofia do Preto-Velho, entidade da umbanda, precisamos “firmar um terreno no qual tantas outras vozes possam ser ouvidas, outras histórias possam ser contadas e outras experiências possam ser vividas” (SIMAS; RUFINO; HADDOCK-LOBO, 2020, p.162). Por isso, faz sentido também que é na imagem das velhas Mães Pretas que se assume a transmissão dessas narrativas, ensinando as práticas de vida pela contagem de saberes de gerações (GONZALEZ, 2018), semelhante a figura das anciãs espirituais nos povos indígenas, fundamentais na luta anticolonial (NÚÑEZ; OLIVEIRA; LAGO, 2021). Para além da idade que carrega experiência, esses sujeitos são representações de várias vidas, repassadas pela oralidade. “O que chamam de ancestralidade é o fiar cotidiano da partilha, do passar adiante, da amarração do elo entre aquele que já fez o caminho e o outro que ainda irá caminhar” (SIMAS; RUFINO; HADDOCK-LOBO, 2020, p.181). Contar as memórias, é assim, trabalhar a vida como continuidade e alargamento do presente, um cuidado em ato.

Algumas memórias são carregadas de marcas de violência, traumas coletivos da colonialidade. Em *Becos da Memória*, romance de Conceição Evaristo (2017), a personagem Maria-nova, era tão jovem e já vivia muito, carregava em si histórias de anos, sabia que aquela dor toda que trazia não era só sua, ressoava as vidas antigas que aconteciam em silêncio na favela. Para essas dores sararem, de acordo com a autora, é preciso colocar o dedo na ferida e fazer sangrar, não naquelas já mutiladas, mas deixar vermelho como brasa o Brasil de descidas (SIMAS; RUFINO; HADDOCK-LOBO, 2020). Uma paciente atendida na ESMA dizia que foi punida pelo Estado por denunciar sua violência. Uma outra, diz que foi punida pela família. Uma terceira, faz o próprio papel de carrasco. No AT, minha acompanhada foi penalizada pela saúde. Outras, pela assistência. Suas narrativas acusam aquilo e aquelas que deveriam resguardar. A história da colonização é o registro de traição, de uma falsa realidade, a revelia se dá na boca a boca do passado, do que vê, sabe e sente do presente (HOOKS, 2019a).

Assim, antes que o silenciamento nos sufoque (LORDE, 2020), é preciso capturar as palavras, cismar com os sentidos, aprendendo outras gramáticas (SIMAS; RUFINO; HADDOCK-LOBO, 2020). Reparar naquilo que fala, mesmo sem som, pois, somos barulho contínuo, nosso corpo ressoa, a vida pulsa e perdura a quem se propor ouvir, tudo carrega sua memória e nos conta algo. Tal como uma paciente que atendi. Ela escrevia aquilo que não podia verbalizar, pois não seria ouvida por seu tom baixo, quase inaudível: ela não se

autorizava a falar alto. Mas comunicava na grafia sua dor, construía sua história, pontuações de pausas, pronomes de pertença.

A linguagem que não se adequa por narrar com o próprio corpo não pode ser domada (ANZALDÚA, 2009). Ela transparece e se multiplica, não cessa nas regras, é língua viva. Como a “vergamota”, marca da minha infância, a fruta de nome regional (bergamota) com a pronúncia da herança familiar portuguesa daquelas que não finalizaram o ensino básico para ajudar na lavoura: e a minha confusão ao descobrir que não era assim que se falava, existem outras realidades? Outras formas de inscrever: a fruta, a memória, a vida, os afetos? Vó Georgina, além de falar vergamota, cantava suas cantigas com um sorriso de criança quando começou a se esquecer de comer, dos nomes e do presente. As cartas resgatadas após sua morte, eram de encantamento de descoberta para a irmã em outro continente, o diário, contudo, indicavam a violência do meu avô, que a trancava para receber visitas. Essas folhas foram rasgadas e descartadas para proteger o ego masculino que ainda vivia, um sofrimento que não valia, novamente, jogado ao silêncio. Um esquecimento subjetivo não era só algo provocado por ordens neuroquímicas do seu corpo, também produzimos apagamento de sua vida.

Para ela e para tantas outras, seguimos por uma psicologia que consiga ouvir as sutilezas da voz que se dá nos encontros, ressignificando em arruaças aquilo que foi criado para ir contra nós (SIMAS; RUFINO; HADDOCK-LOBO, 2020); tratando com cuidado o afeto do outro pelas beiradas (JESUS, 2015); buscando a diferença na repetição (MERHY; FEUERWERKER; GOMES, 2016); trabalhando ativamente para que a mudança combata o desespero, ainda que de modo tedioso e cansativo (LORDE, 2020); produzindo autorrecuperação (HOOKS, 2019a) de modo compartilhado em redes de intimidades; observando o avesso que bordam as vidas para revelar o outro ângulo da tela posta e fazendo aparecer miudezas próprias do traçado. O público está em construção, e a política é coletiva, feita de encruzilhadas de ações e opções, coalizões e acolhimentos, encontros de diferentes, uma atuação contínua de realocar, ouvir, sentir.

Referências

- ANZALDUÁ, Glória. **Como domar uma língua selvagem**. Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Difusão da língua portuguesa, n. 39, p.297-309, 2009.
- ARIAS, Patricio Guerrero. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia (primera parte). **Calle14: revista de investigación en el campo del arte**, v. 4, n. 5, p.80-94, 2010.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, p.25-58, 2002.
- BARROS, Maria Elizabeth Barros de; PIMENTEL, Ellen Horato do Carmo. Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. **Polis e Psique**, v.2, n.2, p.3-22, 2012.
- BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p.52-75, 2015.
- BONA, Dénètem Touam. **Cosmopoéticas do refúgio**. Florianópolis, SC: Cultura e Barbárie, 2020.
- BUTLER, Octavia Estelle. **Sons do silêncio**. In: Filhos de Sangue e outras histórias. São Paulo: Editora Morro Branco, 2021.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Democracia institucional e cogestão de coletivos organizados para a produção. In: **Um método para análise e cogestão de coletivos: a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições - o método da roda**. São Paulo: Hucitec, p.123-197, 2000.
- COLLINS, Patricia Hill. Capítulo 11: Epistemologia feminista negra. In: **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciencia e política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, p.401-432, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa. Tradução: Carina Jéssica de Souza e Elisa Duarte Nascimento. **Revista sociologias plurais**, v.8, n.1, p.11-44, 2022.
- CRUZ, Cristiane Bremenkamp; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; Escutar com o corpo inteiro: o exercício de abertura atencional como experiência sensível nos processos de aprendizagem. **Revista interinstitucional artes de educar**, v.5, n.3, p.439-453, 2019.

CUNHA, Teresa; VALLE, Luísa de Pinho; VILLAR-TORIBIO, Cristina del. **Cuidado**. Dicionário Alice, 2019. Disponível em: <https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=25288>. Acesso em novembro de 2022. ISBN: 978-989-8847-08-9

DESPRET, Vinciane. Leitura etnopsicológica do segredo. **Revista de Psicologia**, v. 23, n. 1, p.5-28, 2011.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FAVERO, Sofia. (Des)epistemologizar a clínica: o reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, v. 5, n. 13, p.403-418, 2020.

FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. Cuidar em saúde. In: FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; BERTUSSI, Débora Cristina; MERHY, Emerson Elias (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes - Políticas e cuidado em saúde: livro 2**. 1ªed. Rio de Janeiro: Hexis, p.35-47, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**, v.2, n.2, p.337-362, 2012.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n.1, p. 25-49, 2016.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Lições para uma psicologia das oprimidas. In: LIMA, Aluíso Ferreira; ANTUNES, Deborah Cristina; CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguiar (org.). **Psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, p.208-217, 2015.

LENKE, Ruben Artur; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Itinerários de construção de uma lógica territorial do cuidado. **Psicologia & Sociedade**, v. 25 (n. spe. 2), p.9-20, 2013.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MERHY, Emerson Elias; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; GOMES, Maria Paula Cerqueira. Da repetição a diferença: construindo sentidos com o outro no mundo do cuidado. In: FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; BERTUSSI, Débora Cristina; MERHY, Emerson Elias (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes - Políticas e cuidado em saúde: livro 2**. 1ªed. Rio de Janeiro: Hexis, p.25-34, 2016.

NOGUEIRA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. **Momento: diálogos em educação**, v. 28, n. 1, p.127-142, 2019.

NÚÑEZ, Geni; OLIVEIRA, João Manuel de; LAGO, Mara Coelho de Souza. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. **Teoria e Cultura**, v.16, n.3, p.76-88, 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Revista em Pauta**, n. 45, v.18, p.116-129, 2020.

RODRIGUES, Luciana; BATTISTELLI, Bruna Moraes. Pela produção de um cuidado antirracista: problematizando práticas, construindo percursos decoloniais. **Revista da ABPN**, v. 13, n. 37, p.390-409, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Encantamento: sobre política da vida**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz; HADDOCK-LOBO, Rafael. **Arruaças: uma filosofia popular brasileira**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.